

A escalada do confronto

Decisão da Constituinte é 'inquestionável', diz Ulysses

Da Sucursal de Brasília

O presidente do Congresso constituinte, deputado Ulysses Guimarães, disse ontem que "promulgada a nova Constituição ela terá vigência plena, absoluta e unquestionável". Segundo Ulysses, o Supremo Tribunal Federal "não pode suspender decisões da Constituinte" e só "decide sobre textos existentes", descartando a interferência do Poder Judiciário sobre os trabalhos constituintes.

Ulysses evitou comentar especificamente a intenção do presidente Sarney de recorrer ao STF para garantir um mandato de seis anos. "Não tenho qualquer conhecimento direto sobre isto", afirmou. Ao final da sessão do Congresso constituinte, ontem pela manhã, Ulysses afirmou ainda não conhecer o teor da "Conversa ao Pé do Rádio" do presidente Sarney. Mesmo assim, defendeu a atuação dos constituintes, afirmando que as decisões vêm sendo tomadas por maioria absoluta, "resultando de acordos entre todos os partidos".

"É golpista"

Outros parlamentares foram além. "É golpista", disse o líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso, ao ler o texto do

programa de rádio. "Mas também é inconsistente porque não apresenta nada de objetivo que justifique as críticas à Constituinte. Tudo aqui está sendo aprovado pela maioria e não existe clima de intranquilidade." O líder do PMDB no Congresso constituinte, senador Mário Covas, lamentou as palavras do presidente, especialmente quando se referiu a grupos minoritários. "Eu pensava que o Brasil estava afastado de palavras de ordem deste tipo."

Para o líder do PCB, deputado Roberto Freire (PE), o discurso de Sarney é preocupante. "Parece que há uma trama golpista e que o presidente é um dos mentores", afirmou, depois de defender a imediata implantação do parlamentarismo.

A deputada Dirce Tutu Quadros (PTB-SP) ocupou a tribuna para dizer que nenhuma deliberação do Congresso constituinte foi feita por minorias. "Existe aqui uma procuração do povo brasileiro para que se escreva uma Constituição que defenda os seus direitos", disse a deputada.

Dois ex-ministros de Sarney também fizeram duras críticas ao pronunciamento. O deputado Francisco Dornelles (PFL-RJ) afirmou que os ataques ao Congresso constituinte foram feitos "para desviar as aten-

ções do descalabro do governo". Já o deputado Fernando Lyra (PMDB-PE) declarou que "Sarney é vítima dele mesmo e quer culpar os outros".

"Confronto desaconselhável"

A defesa do presidente partiu do líder do PFL, deputado José Lourenço, para quem Sarney "pode opinar sobre a Constituinte, já que o besteirol aprovado até agora preocupa". O deputado Luiz Eduardo Magalhães (PFL-BA) seguiu a mesma linha, afirmando que o presidente tem todo o direito de opinar "como cidadão e presidente" sobre o processo constitucional.

"Não quero ver nas palavras do presidente um confronto, que seria desaconselhável no momento em que concluímos o processo de transição", afirmou o presidente do PFL, senador Marco Maciel.

O deputado Antônio Brito (PMDB-RS) disse que as "provocações" partem de assessores de Sarney, "que devem ser denunciados". Para Brito, a resposta do Congresso deve ser o equilíbrio nas decisões constitucionais. Em uma frase, o deputado José Maria Eymael (PDC-SP) resumiu sua reação ao discurso presidencial: "O presidente, infelizmente, não está à altura da nação."



O deputado Ulysses Guimarães (PMDB-SP), presidente do Congresso constituinte, durante a sessão do plenário

Para Ermírio, não é hora de fazer críticas ao Congresso constituinte

Da Sucursal de Belo Horizonte

O empresário Antônio Ermírio de Moraes, diretor-superintendente do Grupo Votorantim, afirmou ontem em Belo Horizonte (MG) que "a hora não é apropriada para tecerem críticas contundentes ao Congresso constituinte", referindo-se às declarações do presidente Sarney no programa "Conversa ao pé do rádio". Na avaliação do empresário, "existe um clima de espírito armado tanto por parte dos constituintes, como do presidente Sarney e do Planalto".

Para Antônio Ermírio, o mais importante no momento é terminar logo os trabalhos constituintes "a fim de que o país volte a produzir". Defensor de quatro anos de mandato com reeleição, o empresário disse ter conhecimento de que "existem grandes manobras políticas visando assegurar mandato de cinco anos para Sarney". Dentre elas, Ermírio cita o prolongamento dos trabalhos constituintes, porque "assim não haverá tempo hábil para se fazer eleições presidenciais".

O empresário considerou "lamentável" a possibilidade, divulgada pela imprensa, de Sarney recorrer à justiça para garantir seu mandato. "Acho que existem o Congresso Nacional e o diálogo, pois estamos em um país democrático", afirmou.

Antônio Ermírio voltou a negar sua candidatura à Presidência da República, reafirmou que sua carreira política está encerrada, apesar de o governador de Minas, Newton Cardoso, ter dito ontem que "o nome de Ermírio poderia compor muito bem uma chapa do PMDB, em futuro próximo". O empresário disse manter laços de lealdade com o PTB, partido que abrigou sua candidatura ao governo de São Paulo, em 86. Antônio Ermírio afirmou ainda que nunca foi abordado pelo PFL e afasta essa possibilidade.

Jornada de seis horas

Apesar de dizer que o momento não é para críticas, o empresário afirmou que a aprovação pelo Congresso constituinte da jornada de seis horas vai encarecer o custo da



Antônio Ermírio de Moraes e Newton Cardoso, no Palácio da Liberdade

produção de indústrias de base em torno de 10% a 12% e forçar um aumento de mão-de-obra empregada. Em vez de funcionar em três turnos de oito horas, as indústrias de base —siderúrgica, metalúrgica, energia, cimento, entre outras— serão obrigadas a implantar quatro

turnos de seis horas ou buscar alternativas para o problema.

O empresário esteve ontem em Belo Horizonte a convite do governo de Minas, que o condecorou com a medalha "Barão de Eschwege", oferecida aos que se destacam no setor mineiro-metalúrgico.

Confronto com a Constituinte pode levar ao retrocesso, afirma Waldir

Da Reportagem Local

"Evitar o confronto" foi a expressão mais usada pelo governador da Bahia, Waldir Pires, em entrevista coletiva concedida ontem pela manhã, após encontro de uma hora com o governador de São Paulo, Orestes Quércia, no Palácio dos Bandeirantes (zona sul paulistana). "Eu creio que este confronto está se desenhando e ele é lamentável", disse Waldir Pires, que definiu a soberania do Congresso constituinte como "intocável".

Segundo Waldir, "o presidente deve evitar tudo quanto signifique confrontação com a Assembléia Nacional Constituinte". A conversa entre os governadores, segundo Quércia, "teve como objetivo prestigiar o poder constituinte brasileiro". O governador da Bahia tinha o semblante sereno, mas transmitia a cada resposta sua preocupação quanto ao futuro institucional do país.

"A Constituinte não pode ser confrontada, não deve ser confrontada", disse Waldir Pires, "porque quando se confronta a Constituinte se estabelece uma crise de poder, uma crise das instituições e o nosso dever, de todos os setores da sociedade é defender a composição livre e

soberana da Constituinte brasileira para chegarmos no fim do processo de transição".

Para Waldir Pires, o resultado do "confronto" estabelecido entre o Congresso constituinte e o governo pode se expressar de duas formas: o Planalto pode buscar "uma desarticulação dentro da Constituinte através de uma mobilização de forças internas, e neste caso o debate se daria no seu interior, ou na existência deste respaldo, o governo marcharia para buscar respaldo político extra-Constituinte".

Waldir Pires, porém, não vê qual força política poderia dar respaldo a alternativa "extra-Constituinte". Todas as forças, segundo ele, "sobretudo a força que mais pode, estão, fiéis às aspirações democráticas do povo brasileiro", disse. Mesmo assim, Waldir considera necessária a mobilização dos governadores e da sociedade em geral "para evitar o retrocesso".

Quando os repórteres insistiram na pergunta sobre a existência de algum risco iminente para justificar sua preocupação, Waldir disse que "nós não temos no Brasil e na América Latina condições para estarmos sempre tranquilos em relação às instituições livres, temos uma história de atropelos institucionais e das liberdades".

A Constituição de 1969 foi definida por Waldir Pires como "uma carta autoritária e outorgada". Segundo ele, qualquer alternativa para o estabelecimento de regras "deve passar pela Assembléia Nacional Constituinte; o que ela decidir, podemos divergir mas não podemos confrontar o direito dela de realizar".

O governador da Bahia negou que seja candidato à vice-presidência numa possível "dobradinha" com o presidente do PMDB, deputado Ulysses Guimarães. Para ele, "a discussão presidencial sobre sucessão (dentro do PMDB) deve esperar um pouco mais, para logo depois do final da Constituinte".

Quércia

Ao comentar o pronunciamento do presidente José Sarney no programa "Conversa ao pé do rádio", o governador de São Paulo, Orestes Quércia, disse que "eu posso até ver a posição que o presidente tem tomado, mas como governador de São Paulo eu quero evitar problemas. A Assembléia Nacional Constituinte vem vindo muito bem, está começando a deslanchar; sem fazer comentários a respeito de posições, coisas que dividem o interesse nacional, os governadores querem prestigiar a Constituinte brasileira".

Para Álvaro, discurso foi 'ameno'

Das Sucursais e dos Correspondentes

Álvaro Dias, 42, governador do Paraná: Considerou "ameno" o discurso do presidente e disse que Sarney "tem o direito de se defender das acusações". Álvaro disse concordar com as críticas ao Congresso constituinte —"são legítimas". Mas as críticas "não devem significar o comprometimento das relações entre os poderes", dizendo que "ficou cômodo fugir às responsabilidades e culpar o presidente".

Moreira Franco, 43, governador do Rio: Afirmou não ter conheci-

mento do teor do pronunciamento do presidente. Disse que confia no fortalecimento da democracia e que os trabalhos constituintes "estão andando na maior normalidade".

Newton Cardoso, 49, governador de Minas: Disse que não considera rompida a "trégua" entre governo e parlamentares. "Essa semana, o Congresso constituinte avançou muito. O dr. Ulysses está lá sentado o dia inteiro, votando matérias".

Carlos Bezerra, 46, governador de Mato Grosso: "Não vejo radicalismos, ao contrário, a Constituinte tem conseguido acordos. Há crise

econômica, social e política e as três nos deixam preocupados. Temos que buscar uma saída."

Almino Affonso, 58, vice-governador de São Paulo: "Não vejo radicais incendiando o país. O presidente Sarney não poderia estabelecer prazos para a Constituinte, porque ela é soberana e pode até nos converter em monarquia".

Dante de Oliveira, 36, prefeito de Cuiabá (MT): "Entendo que o presidente pode dar sua opinião sobre qualquer assunto, mas entendo também que a Assembléia Nacional Constituinte é soberana."

Líderes do PMDB consideraram a fala 'ensaio golpista'

Do enviado especial a Brasília

"Ensaio golpista." Foi essa a avaliação quase unânime que o alto comando do PMDB, reunido ontem, fez do programa "Conversa ao Pé do Rádio" e da preparação, pelo Palácio do Planalto, de recurso ao STF contra a eventual redução do mandato do presidente José Sarney para quatro anos.

Essa avaliação foi compartilhada pelos senadores Mário Covas (SP), líder do partido no Congresso constituinte, Fernando Henrique Cardoso (SP), líder do Senado, e José Richa (PR) e pelos deputados Euclides Scalco (PR), Pimenta da Veiga (MG) e Fernando Lyra (PE), reunidos com o presidente nacional do partido, Ulysses Guimarães, até 14h07. Só Ulysses não endossou a análise de seus companheiros, preferindo o silêncio.

Antes da reunião, entretanto, Ulysses retirara do fundo do baú de suas memórias uma frase seca para qualificar a fala de ontem do presidente Sarney: "Muito tiro para pouca casca, como dizia meu avô", afirmou o presidente do Congresso constituinte ao deputado Roberto D'Ávila (PDT-RJ).

Já diante de seus companheiros de partido, a portas fechadas, Ulysses procurou minimizar a crise e também a possibilidade de o governo recorrer ao STF ou de obter do Supremo uma decisão favorável. "Nós estamos muito preocupados, mas o Ulysses não está nem um pouco", resumiu o senador José Richa.

A reunião serviu para que a

cúpula do PMDB —que se reúne de novo hoje pela manhã, para nova avaliação— decidisse tentar acelerar ainda mais os trabalhos do Congresso constituinte, como antídoto para o impasse institucional já desenhado.

As demais lideranças partidárias serão convocadas no início da semana, em busca de um acordo que parte da seguinte orientação: tomase o dia 21 de abril, a data em que Ulysses pretende promulgar a nova Constituição, e faz-se, retroativamente, um cronograma rígido de votações que permita atingir essa meta.

Os presidentes

Não é a única iniciativa em andamento para enfrentar a crise. Os presidentes do PT, Olívio Dutra, e do PFL, Marco Maciel, e o líder do PDT na Câmara, Brandão Monteiro, marcaram para segunda-feira uma reunião destinada a fixar data e agenda para uma reunião dos presidentes de todos os 12 partidos representados no Congresso constituinte, em busca de uma solução política para o impasse.

Marco Maciel foi designado para convidar Ulysses Guimarães a participar da reunião, já que Brandão Monteiro, a quem deveria caber a missão, não conseguiu cumpri-la até ontem.

Antônio Brito (PMDB-RS) rumina idéia semelhante pelos corredores do Congresso constituinte, mas com certo ceticismo: ele lembra que, no ano passado, essa proposta já havia surgido, mas não obteve eco no Palácio do Planalto.

O ceticismo de Brito é justificado, porque o ministro da Saúde, Borges da Silveira, disse ontem à Folha que "as perspectivas não são boas para um acordo Executivo/Constituinte", embora ele próprio considere que essa poderia ser a saída para o impasse.

Interrogações

Na reunião de avaliação promovida pela cúpula do PMDB, conseguiu-se avançar pouco no rumo de propostas concretas porque os seus participantes, embora concordassem em que há um "ensaio golpista", não encontraram resposta para perguntas como: "Quem dará o golpe?" ou "como ele ocorrerá?".

Antes da reunião se iniciou, o senador Fernando Henrique fez a seguinte análise do quadro: "Para um golpe, é preciso o respaldo do empresariado e da grande imprensa. Ora, o empresariado foi desarmado pela rejeição da estabilidade no emprego, esta semana, na Constituinte. E a grande imprensa pode não estar a favor da Constituinte, mas também não está a favor de Sarney."

Fernando Henrique pensa, em voz alta, cenários para o futuro imediato e todos são negros: "Se o STF apoiar a posição de que a Constituinte não pode mexer no mandato, haverá não digo uma revolução, mas uma rebelião, aqui dentro e na rua. Se

Ministros ulyssistas podem deixar governo

Da Sucursal de Brasília

"Ulyssistas" o ex-ministro Raphael de Almeida Magalhães, que passou a última quarta e quinta-feira em Brasília. Retornou para o Rio de Janeiro, onde mora, ontem pela manhã, na companhia de Archer.

Declaração de guerra

Um detalhe prende os ministros de Ulysses a seus postos: o pedido de demissão no momento conturbaria ainda mais o quadro político. Soaria como uma declaração de guerra de Ulysses a Sarney. Ampliaria o fosso existente entre os presidentes da República e da Constituinte. Daí a necessidade de "ponderação", defendida por Ulysses. Seria necessário aguardar pelo menos a votação do mandato.

Na última quarta-feira, Archer, Luiz Henrique e Furtado passaram por um constrangimento. Foram convocados pelo ministro da Justiça, Paulo Brossard, para uma reunião estrategicamente articulada com o objetivo de bombardear a tese do mandato presidencial de quatro anos. Informado sobre os objetivos da convocação, Archer tratou de arrumar uma desculpa: disse que viajaria. Não viajou. Após consulta a Ulysses, Luiz Henrique foi ao encontro, mas saiu antes do seu

termo. Não chegou a ouvir o pronunciamento feito por Brossard. Furtado procurou fazer na reunião apenas comentários econômicos. Em seguida à reunião do Ministério da Justiça, os três ministros estiveram com Ulysses e Raphael. Começaram juntos, num almoço, o aniversário de Luiz Henrique que, auxiliado por Furtado, relatou o que ouvira no encontro patrocinado por Brossard.

Ontem pela manhã, o consultor-geral da República, Saulo Ramos, recebeu uma incumbência de Sarney: a de telefonar para Archer, no Rio, para assegurar que não são verdadeiras as informações de que o presidente estaria analisando a possibilidade de demitir-lo. A informação começou a circular após a ausência de Archer na reunião organizada por Brossard.

Anteontem à noite, o próprio Sarney procurou demonstrar que não quer, pelo menos por enquanto, afastar-se de Archer, entre todos o ministro mais identificado com Ulysses. Durante a festa de aniversário de Mora Guimarães, mulher do presidente da Constituinte, Sarney puxou Archer pelo braço, trazendo-o para sentar-se a seu lado.

prevalecerem os quatro anos, o governo desmancha imediatamente. Precisamos encontrar meios de segurá-lo até a eleição." Um dos meios imaginados pelo senador é a implan-

tação imediata do parlamentarismo. O senador Mário Covas, também, antes de a reunião começar, conversava com o repórter da Folha e com o deputado Fernando Lyra, no café,

da Câmara, com uma pergunta na cabeça, que trazia implícita a resposta: "Se o STF der cinco ou seis anos para o presidente, o país, aguenta?" (CR)